

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS RAUL ETULAIN

CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO – DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN

IARA BELELI – IARA LIS SCHIAVINATTO – MARCO AURÉLIO CREMASCO

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

ORGANIZAÇÃO
João Quartim de Moraes

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

VOLUME 2
OS INFLUXOS TEÓRICOS

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

H629 História do marxismo no Brasil / organizador: João Quartim de Moraes. –
Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Conteúdo: v. 2. Os influxos teóricos.

1. Comunismo – Brasil. 2. Partidos políticos – Brasil. I. Moraes, João Quartim
de. II. Título.

ISBN 978-85-268-0764-8

CDD 320.5320981
329.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunismo – Brasil	320.5320981
2. Partidos políticos – Brasil	329.981

Copyright © by Organizador
Copyright © 2007 by Editora da Unicamp

1ª edição, 1995
3ª reimpressão, 2022

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade dos autores e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Impresso no Brasil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tél./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

<i>João Quartim de Moraes</i>	7
1 – A DIFUSÃO DO MARXISMO E OS SOCIALISTAS BRASILEIROS NA VIRADA DO SÉCULO XIX	
<i>Claudio H. M. Batalha</i>	9
2 – A EVOLUÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS MARXISTAS BRASILEIROS	
<i>João Quartim de Moraes</i>	43
3 – MARXISMO NA ECONOMIA BRASILEIRA	
<i>Guido Mantega</i>	103
4 – ORIGENS DO MARXISMO FILOSÓFICO NO BRASIL: JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI NOS ANOS 60	
<i>Paulo Eduardo Arantes</i>	127
5 – PRESENÇA DE LUKÁCS NA POLÍTICA CULTURAL DO PCB E NA UNIVERSIDADE	
<i>Celso Frederico</i>	187
6 – TROTSKY E O BRASIL	
<i>Dainis Karepovs, José Castilho Marques Neto e Michael Löwy</i>	229

APRESENTAÇÃO

Inicialmente formulado num seminário que contou com o apoio do CNPq (Teresópolis, junho de 1988), reformulado em novo seminário, realizado em Serra Negra (agosto de 1990), o projeto da História do Marxismo no Brasil contempla três aspectos complementares: 1) o desembarque e a recepção, entre nós, da grande teoria revolucionária de nossa época; 2) as análises e interpretações da história nacional que ela suscitou; 3) o combate dos movimentos políticos que nela se inspiraram.

Ao primeiro aspecto, as influências externas, foram consagrados dois volumes: o primeiro, publicado pela primeira vez em 1991, trata do impacto das grandes revoluções do século XX e este, que aqui apresentamos, trata da recepção no Brasil do pensamento de Marx, Engels e seus continuadores no século XX.

O cronograma inicial do projeto mostrou-se entretanto demasiado otimista. Os notórios efeitos recessivos do programa econômico neoliberal do então presidente Fernando Collor impuseram a redefinição dos prazos e, portanto, do próprio ritmo de elaboração da obra.

Consagrado ao exame das influências teóricas que marcaram a evolução do marxismo brasileiro, o presente volume contém seis capítulos. Abre-se com o estudo de Claudio Batalha sobre o esforço pioneiro de compreensão e de difusão do marxismo

empreendido pelos socialistas brasileiros na virada do século XIX para o século XX. Prossegue com três capítulos temáticos que investigam respectivamente aspectos relevantes da recepção no Brasil das categorias políticas (João Quartim de Moraes), econômicas (Guido Mantega) e filosóficas (Paulo Arantes) do marxismo. Enfim, completa-se com dois estudos sobre a influência exercida entre nós por dois grandes teóricos do marxismo do século XX: Lukács (Celso Frederico) e Trotsky (Karepovs, Castilho Marques e Michael Löwy).

Não escaparão do leitor as lacunas deste volume. No que concerne, em particular, aos pensadores marxistas do século XX, salta aos olhos a ausência de Gramsci e de Althusser, que tão forte influência exerceram e exercem ainda entre nós. O ideal, reconhecemo-lo sem circunlóquios, seria conferir um caráter mais sistemático a cada volume. Mas optamos por assumir os limites de nossas possibilidades, aceitando fazer menos, para fazer melhor.

Nem por isso abandonamos os dois autores acima referidos.

No volume III, cujo eixo são as visões marxistas do Brasil, consagraremos um capítulo à utilização das categorias gramscianas na interpretação da política brasileira e outro à rediscussão do materialismo histórico suscitada entre os marxistas brasileiros pelo impacto do althusserismo.

João Quartim de Moraes

Outubro de 1994/junho de 2007

A DIFUSÃO DO MARXISMO E OS SOCIALISTAS BRASILEIROS NA VIRADA DO SÉCULO XIX*

Claudio H. M. Batalha

À primeira vista pode parecer surpreendente a inclusão dos socialistas brasileiros da virada do século numa obra que trata da história do marxismo no Brasil, quando boa parte da literatura sobre o tema se põe de acordo ao afirmar que os homens e os grupos engajados na propaganda socialista nesse período não eram marxistas.¹ Esta afirmação é correta se pensarmos o marxismo como limitado ao pensamento de Marx² ou, parafraseando Ernst Fischer, ao que se supõe ser “o que Marx realmente disse”. Como procurarei argumentar ao longo deste texto, os socialistas brasileiros que atuaram na última década do século XIX e nos primeiros anos deste século podem não ser marxistas pelos critérios de hoje, mas seriam classificados como tais pelos critérios de seu tempo.

* Uma versão preliminar deste texto foi apresentada e discutida no GT (Grupo de Trabalho) “Partidos e Movimentos de Esquerda” durante o XVI Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais), em Caxambu (MG), em outubro de 1992. A presente versão procura — na medida do possível — levar em conta as críticas e sugestões dos participantes do GT, mas as conclusões e eventuais equívocos contidos no texto são da responsabilidade exclusiva do autor.

Marxismo e socialismo no final do século XIX

Para entendermos o que significava o termo “marxista” em fins do século XIX é preciso voltar à cisão da Primeira Internacional em 1872, entre os partidários “antiautoritários” de Bakunin e o grupo heterogêneo dos que se alinharam ao Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Nessa disputa o termo “marxistas” passa a ser empregado pelos partidários de Bakunin para designar pejorativamente os seus adversários acusados de “centralizadores”. Entretanto mesmo no campos dos “antiautoritários” existirão diferenças substanciais; desde a Comuna de Paris os chamados “internacionalistas” (membros da seção parisiense da AIT), em sua maioria “proudhonianos de esquerda”, defendiam a ação política do proletariado em contradição com o “proudhonianos de esquerda”, defendiam a ação política do proletariado em contradição com o proudhonianismo ortodoxo. Mais tarde, vários deles, incluindo Benoît Malon, alinhariam-se entre os que sustentavam a necessidade de um partido operário, aproximando-se no tocante a esta questão dos “marxistas”, sem no entanto abrir mão das concepções coletivistas.³ Concepções essas que, diferentemente do marxismo que previa no comunismo usufruto pela comunidade do produto do trabalho (“a cada um de acordo com sua necessidade”), previam na sociedade futura o controle do produtor sobre o produto de seu trabalho (“a cada um de acordo com o seu trabalho”).⁴ Ainda que, na prática, os termos coletivismo e comunismo fossem freqüentemente empregados no século XIX como sinônimos.

Na França dos anos de 1880, o termo “marxista” passa a ser utilizado como sinônimo de socialismo científico (também chamado de “socialismo positivo”) ou, num sentido mais restrito, de socialismo alemão,⁵ cujos principais representantes naquele país passariam a ser os guesdistas. E é com este primeiro significado — em que a ênfase reside no caráter científico da doutrina — que o termo é

empregado no Brasil em fins do século XIX, quase sempre como adjetivo: “socialismo marxista”. Esta compreensão do marxismo está presente nos principais autores socialistas lidos no Brasil, como Enrico Ferri:

Darwinista e Spenceriano convencido, proponho-me provar como o socialismo marxista — o unico que tem methodo e valor scientificamente positivo, e por isso mesmo o unico que agora inspira e dirige com unidade aos socialistas democratas de todo o mundo civil — não é senão o complemento pratico e fecundo na vida social d’essa moderna revolução scientifica, preparada nos seculos passados pela renovação italiana do methodo experimental em todos os ramos do saber humano, e executada e disciplinada em nossos dias pela obras de Darwin e Spencer.⁶

Mas também aparece nitidamente na produção dos socialistas brasileiros, como ficava evidente no esforço do socialista gaúcho Guedes Coutinho de explicar aos seus leitores:

... as teorias scientificas do grandes Carlos Marx, o maior talento economico do nosso seculo, o mais sobrio e profundo sociologo conhecido.

Adam Smith, o illustre economista inglez, pae da economia politica ainda hoje seguida, foi vencido pela logica e razões indestructiveis do nosso mestre que com, incomparável perspicacia, mergulhou no vasto e profundo chãos da historia, arrancando dos seus arcanos o material sólido com que construiu esses colossal monumento scientifico a que deu o nome de *Capital*.

A sua monumental *lucta de classes* descobertas nas leis da historia, a sua moderna *theoria do valor*, baseada na razão, seriam bastante para immortalizar a um qualquer burguez sabio e merecer das academias scientificas as mais elevadas honras se não viessem prejudicar-lhe os seus interesses; mas como é uma sciencia que só favorece ao proletariado, embora lhe reconheçam a supremacia, como está provado pela crítica apaixonada que lhe fizeram e fazem, os Srs. economistas — *protecionistas* ou *livres cambistas*, parece que não fazem outra cousa do que estudar a forma de combaterem-n’o.⁷

No entanto, apesar das constantes referências a Marx — a quem é atribuída a paternidade do socialismo científico — tanto na

produção escrita como nas comemorações rituais do movimento socialista brasileiro, o conhecimento do socialismo chega quase sempre por intermédio de autores mais acessíveis e através de textos de vulgarização. Boa parte desses autores difundiam uma visão do marxismo que resultava de uma leitura positivista e/ou cientificista de Marx. Em outras palavras, Marx se insere na “ideologia socialista eclética”⁸ que domina o movimento no Brasil, como também ocorrera na Europa, ecletismo capaz de integrá-lo aos mais variados pensadores, como Ferdinand Lassalle, Benoît Malon, Charles Darwin, Herbert Spencer, Ernst Haeckel, Max Nordau, Auguste Comte.

No período que se segue à exclusão dos “antiautoritários” da Primeira Internacional e ao fim da própria AIT, a divisão central entre as correntes socialistas passa a ser entre os que se opunham à ação política eleitoral e os defensores da constituição de um partido com esses objetivos. O socialismo europeu das duas últimas décadas do século XIX — com a notável exceção dos anarquistas — havia adotado a organização em partido político e a busca da conquista do poder pela via eleitoral, dentro de uma estratégia gradualista, como resultado da derrota da experiência insurrecional da Comuna de Paris, ainda que a intensidade desse gradualismo pudesse variar, por exemplo no caso francês, da moderação dos possibilistas ao radicalismo — pelo menos no discurso — dos guesdistas. Nesse momento, ao menos temporariamente, as concepções blanquistas da tomada do poder como um golpe promovido por um partido de conspiradores perde força. Nesse sentido, José Ingenieros, que mantinha correspondência com os socialistas brasileiros e colaborava em alguns dos seus órgãos durante os anos 1890, escreveu:

A Evolução é, pois, a transformação lenta e natural de uma orde de cousas dada em outra, que é o resultado de sua organização e que costuma ser a sua vez causa de uma evolução posterior.

A Revolução representa o periodo final ou critico da Evolução já realizada, e a coalisão dos trabalhadores não é mais que a sua primeira manifestação.

Platonico é supôr que uma mudança radical nas instituições se possa realizar por uma rebelião localisada, por um movimento prematuro ou por um golpe de Estado. Nem o gráo exaggerado de possibilismo que anima os anarchistas, que, arrojando uma bomba ou semeando punhaladas, pretendem com a violência pessoal implantar um regimem communista, nem um golpe de Estado que possa destruir ao Estado mesmo, como sustentaram os socialistas de Estado, são capazes de cumprir essa evolução.

Os movimentos prematuros, como a insurreição gloriosa de 71, em Pariz, são sempre estereis, pois não preparados os animos para receber a semente revolucionaria esterilisa-na e revelam sua impotencia derramando sangue inutil em jornadas luctuosas tais como foram as da Semana sangrenta.⁹

A concepção do partido operário

A perspectiva acima aponta para a ação política como principal meio de luta, tendo como principal instrumento o partido operário, como evidenciado nas palavras que seguem:

A lucta politica é o meio mais racional e o que melhores fructos pôde dar á causa proletaria.

Constituidos os socialistas em partido com uma disciplina que é o resultante da consciencia do dever e não da imposição, sua acção nas urnas deve ser das mais beneficas, pois ao mesmo tempo que se conquistam cadeiras nos congressos, se demonstra com a irreprehensibilidade dos meios que o Partido Socialista sabe manter com dignidade e altivez os seus nobres propósitos.¹⁰

Palavras que encontrariam pronta acolhida entre os socialistas brasileiros:

Como muito bem disse o socialista brasileiro Augusto Vinhões, é no terreno politico que os operarios têm de dar batalha, para alcançarem aquillo que constitue o seu ideal.

Das urnas deve sahir o verbo das nossas reivindicações, porque partindo da lei é que o principio operario terá a sua ampla consagração. (...)

Só o partido operario aparece cheio de nobres aspirações no intuito de fazer alguma cousa de real e proveitoso que redunde em beneficio geral.¹¹

Mesmo reconhecendo que o partido operário enfrenta dificuldades com suas práticas eleitorais vigentes:

No campo da lueta politica é adversario limpo de mais [sic] para os tempos apodrecidos que por ahí rolam, e talvez por isso é que a fraude ha de sempre estar na liça, afim de abafar as legitimas expansões das camadas trabalhadoras.¹²

Entretanto, convém precisar que a própria noção de “partido operário”, ou “socialista”, tal como aparece no discurso dos socialistas brasileiros, tem duas significações distintas: ora se refere a uma organização política efetivamente existente ou cuja criação é preconizada, ora remete a um campo político, o daqueles que desprendem esforços pelos interesses da classe operárias sem necessariamente estarem reunidos numa organização. A ambigüidade dessa noção aparece na citação reproduzida acima, cujo autor, Múcio da Paixão, escreve em 1897 do partido operário sem parecer estar se referindo especificamente a qualquer das organizações formadas ao longo daquela década, das quais, inclusive, várias já haviam desaparecido. Mas aparece de forma ainda mais clara nas palavras do propagandista Eugênio George, que chega a estender a noção ao conjunto dos explorados:

O novo partido que se forma e se educa debaixo dos principios socialistas é INCONSCIENTEMENTE forte e poderosa; a sua victoria não será uma surpresa e com ella começará uma nova éra para a civilisação.

Esse partido é o dos que trabalham, dos que soffrem, dos que são perseguidos e ludibriados, dos que se entregam a defeza de causas más, quando seduzidos pelos poderosos que tiram proveito de sua miseria em vez de respeito-a.

Esse partido é o que produz a riqueza e não a administra; é o que constituiu o povo e não se governa; é o que implora a liberdade e só conhece a tyrannia;¹³

Desse modo, por partido operário devem ser entendidos tanto as múltiplas organizações socialistas que surgem e desaparecem durante toda a Primeira República, quase sempre em função de alguma disputa eleitoral, como o conjunto dos socialistas que se situam no terreno da luta política. É até plausível que a própria instabilidade e vida curta das organizações criadas contribuam para que a designação de “partido operário” seja empregada freqüentemente para um campo político ao invés de remeter a uma organização específica; no entanto, também na França de fins do século XIX, o termo “partido socialista” designava o conjunto das correntes socialistas divididas em várias organizações e grupos.

Inicialmente a argumentação apresentada para justificar a necessidade do partido operário revela um certo oportunismo eleitoral. Não se trata ainda da idéia de um “partido de classe” como instrumento de transformação, que efetivamente estaria presente no discurso socialista dos últimos anos da década de 1890 e, sobretudo, a partir dos primeiros anos do século seguinte. Nesse primeiro momento, os socialistas brasileiros parecem estar se referindo a simples siglas que deveriam possibilitar a eleição de “verdadeiros representantes” dos trabalhadores para o poder legislativo. Desde seu primeiro número o jornal *Voz do Povo — Órgão Operário dos Est. Unidos do Brazil*, publicado em 1890 na então Capital Federal, traz um convite na sua primeira página conclamando:

... todos os artistas, operarios e trabalhadores que souberem ler e escrever, a inscreverem-se no Partido Operario para oito dias antes da eleição, escolherem os candidatos que devem suffragar em nome dos seus interesses.¹⁴

Não parece importar muito que esse “Partido Operário” ainda não exista, a questão central é buscar eleger representantes do ope-

rariado à Assembléia Constituinte. Durante muito tempo o principal argumento para a existência de um partido operário e para tentar convencer os operários a participarem das eleições continuará sendo a necessidade de os trabalhadores elegerem seus próprios representantes; argumento que será empregado até nos momentos em que o partido operário ganha uma certa realidade institucional. Não faltam exemplos nesse sentido. Em 1898, na cidade de Rio Grande, passados dois meses da estruturação do Partido Socialista local, o jornal *Echo Operario* que se tornara órgão do partido, faz um apelo “aos operarios” para comparecerem às urnas nas próximas eleições para darem seu voto aos próprios companheiros “que conheçam a necessidade”, se não quiserem continuar “escravos dos espertos e dinheirosos”.¹⁵ Não há uma defesa programática do voto no Partido Socialista, cujo nome nem sequer é mencionado. Anos mais tarde e muitos partidos operários e socialistas depois, essa visão continua a ter trânsito entre os socialistas brasileiros, como demonstram estas linhas publicadas em 1913 num jornal carioca:

Nunca melhor se podia justificar a criação do partido operario, como no momento presente que atravessamos, em que o operariado se vê abandonado pelos seus eleitos.

(...)

... não tem operariado no Conselho Municipal, no Congresso Nacional, uma voz sincera que se levante, protestando contra tantas injustiças, tantas opressões.

(...)

O partido operario pelo qual nos batemos, seria uma arma posta a serviço do povo em geral, porque teria que elevar ao conselho municipal aquelles que antecipadamente tivessem demonstrado interesse pala causa popular. (...)

O individuo que não trabalha, que nunca trabalhou, que não conhece a vida intima de todos os que trabalham, que não conhece as necessidades reais de cada um, não pode fazer leis que prestem nem tampouco concorrer para que estas se façam.¹⁶

No entanto, se a visão do partido operário como simples instrumento eleitoral para eleger “verdadeiros” representantes do operariado nunca desaparece inteiramente, começam, nos primeiros anos do século XX, a surgir entre os socialistas brasileiros concepções de um partido com características menos “conjunturais”, não pensado unicamente em função da proximidade de eleições. O espaço dedicado à organização do partido no Manifesto do Partido Socialista Brasileiro de 1902 já revela claramente essa mudança. Por outro lado, além de comprovar as dificuldades práticas de eleger candidatos operários, ou que pretendam representá-los, para muitos militantes torna-se evidente a necessidade de um partido operário estruturado para obter a conquista de reivindicações. Em 1903, por exemplo, um dos principais dirigentes operários do Rio de Janeiro, Francisco Juvênio Sadock de Sá, vê poucas chances de aprovação do projeto instituindo a jornada de oito horas de trabalho após a derrota eleitoral dos candidatos operários nas eleições municipais (entre os quais ele próprio), e aponta para a necessidade de constituição de um partido político da classe operária.¹⁷ Porém, mais do que simples instrumento de pressão para a obtenção de reivindicações, o partido operário passa a ser encarado como meio para conquista gradual do poder político:

É preciso (...) companheiros compenetrarmo-nos dos nosso deveres e n'um rasgo de verdadeiro amor pelos interesses da comunhão operaria, digamos como um só homem, abundando todos nos mesmos sentimentos:

— Vamos conquistar gradualmente o poder politico na Republica

A necessidade que temos de conquistar posições nas assembléas legislativas não é movida por meras vaidades pessoas nem por interesses inconfessaveis, e sim porque temos absoluta necessidade de intervir nas confecções das leis orçamentarias e, finalmente, nas leis de carater permanente, sob as quaes vivemos.

É, portanto, chegado o momento de enveredarmos por esse aureloado caminho, no qual encontraremos meios para a solução do nosso custoso problema operario.

Conquistemos, pois, gradativamente, posições nas assembleias legislativas da República, visto que somente assim tudo conseguiremos, e então sahirá triunfante a maxima imorredoura de Karl Marx: “A emancipação das classes trabalhadores sera obra de seus proprios esforços”.¹⁸

Há um nítido descompasso entre as tentativas de criação de um partido operário e o movimento sindical que ganha força e autonomia com relação aos grupos socialistas na primeira década do século XX. Apesar disso, os militantes socialistas só passaram a mostrar uma efetiva preocupação em pensar a relação entre partido e sindicatos no início dos anos de 1910, quando a fraqueza da corrente socialista já é manifesta e o divórcio entre essa corrente e movimento operário organizado está em vias de se concretizar. As páginas da “Coluna Operária”, editada por Mariano Garcia, no diário carioca *A Epoca* e depois em *O Paiz*, trazem os ecos dessa discussão através de diversos artigos. Entre esses, destacam-se os do tipógrafo Ulisses Martins que — aparentemente inspirado na experiência de alguns partidos socialistas europeus — propõe, juntamente com a criação de um partido socialista que atue no parlamento, a estruturação de um sindicalismo que seja ao mesmo tempo mutualista, cooperativista e de resistência.¹⁹

No quadro do socialismo internacional, o grande modelo do partido socialista acaba sendo fornecido pelo Partido Social-Democrata Alemão (mais conhecido pela sigla, SPD, formada por seu nome em alemão), constituído no Congresso de Gotha de 1875. Várias razões podem ser evocadas para explicar a transformação do SPD em partido modelo sob a Segunda Internacional, entre elas: o fato de ter sido este o primeiro partido socialista de importância a se consolidar, com a particularidade de nascer na pátria do socialismo científico; sua ascendência sobre a classe operária e a criação de um movimento sindical e outras instituições operárias sob sua influência; seus constantes progressos eleitorais. Poucos partidos sob a Segunda Internacional reuniam essas qualidades.

Isso, entretanto, não quer dizer que os socialistas brasileiros tivessem uma noção precisa de como se estrutura o SPD. Quando no início do século XX defendiam a construção de um partido político que tivesse por base os sindicatos e as cooperativas de consumo estavam, involuntariamente, se remetendo ao modelo de constituição do *Parti Ouvrier Belge* (Partido Operário Belga), formado a partir dessas instituições, e não ao SPD que criara um movimento sindical e cooperativas operárias depois de constituído.²⁰

No Brasil, os socialistas partidários da organização política, ainda que declarassem ter o SPD com modelo de inspiração, sofriam pouca influência do socialismo alemão. Estavam principalmente influenciados pelo “socialismo integral” de Benoît Malon e por outras manifestações moderadas do socialismo europeu como o português Magalhães Lima ou o italiano Filippo Turati.²¹

As influências ideológicas sobre o socialismo no Brasil

Talvez o papel de “partido modelo” conferido ao SPD ajude a entender a aparentemente inexplicável celebridade de que gozava Ferdinand Lassalle entre os socialistas brasileiros, embora fosse natural que servisse de referência aos operários socialistas de origem alemã, organizados na *Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein* (Associação Geral dos Trabalhadores Alemães) de São Paulo ou de Porto Alegre, que aliás retoma a denominação do partido lassaliano.

Lassalle tem a fama de ser o grande difusor do socialismo alemão, o primeiro a dar-lhe um caráter prático, fugindo do domínio puramente teórico e uma expressão de massa através da organização em 1863 do pioneiro partido operário alemão, o ADAV (*Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein*), que dará mais tarde origem ao SPD.²² Desse modo, não surpreende que ele acabe sendo considerado como o pai do SPD. Em fins do século XIX é atribuído

a Lassalle, como mais tarde seria conferido a Lênin, o mérito de ter concretizado numa organização a teoria socialista.

Mas as referências Lassalle não se limitam ao fetichismo da citação. Há evidências que chegou mesmo a ser lido, como parece indicar a presença da tradução para o francês de *Capital e trabalho* (*Capital et travail*) entre as obras reunidas na Biblioteca do Centro Socialista de Santos, em meados dos anos 1890,²³ e um artigo de 1902²⁴ do socialismo baiano radicado em São Paulo, Estevam Estrella, que cita trechos dessa obra de Lassalle. Em ambos os casos a tradução do alemão para o francês utilizada foi, muito provavelmente, a realizada por Benoît Malon, que incluía uma introdução do próprio Malon sobre o desenvolvimento do socialismo na França e na Alemanha e sobre Lassalle, onde a imagem de ter sido ele o grande difusor do socialismo aparece.²⁵ Pelo menos em parte, Lassalle foi difundido no Brasil através de Malon.

Outro autor alemão, cuja difusão e até sua relativa popularidade em países como a Itália e o Brasil devem-se à tradução de Malon, é o socialista de cátedra Albert Schaeffle, ou Schäffle (1831-1903). Seu *A quintaessencia do socialismo*, obra que rebate algumas das objeções correntes ao socialismo, circulava nos meios socialistas brasileiros na tradução francesa de 1880 feita por Malon. Uma tradução do francês para o português feita por J. F. Lima Cortes foi publicada sob a forma de folhetim em *A Questão Social* de Santos, tendo início no primeiro número do jornal de 15 de setembro de 1895.²⁶

Benoît Malon representa, sem dúvida, a principal fonte de influência do socialismo europeu entre os grupos socialistas brasileiros desse período (influência que parece bem menos significativa entre os grupos italianos no Brasil e inexistente entre os grupos alemães), como indica a seguinte passagem:

O Socialismo no Brazil tem muitos adeptos convencidos; a bibliotheca escripta por Benoit Malon tem orientado o cerebro de muitos adeptos do ideal social; as forças existem por ahi disseminados... .²⁷